

Atos

ATO Nº 61, DE 2003

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 7º da Resolução nº 831, de 5 de setembro de 2003, CONSTITUI o Conselho Consultivo do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado do Estado de São Paulo com as entidades abaixo relacionadas e NOMEIA seus representantes:

ABIMAQ
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Luiz Carlos Delben Leite
ABIT
Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confecção
Paulo Antonio Skaf
ABNT
Associação Brasileira de Normas Técnicas
Pedro Buzatto Costa - Cel
ACSP
Associação Comercial de São Paulo
Guilherme Afif Domingos
ADVB
Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil

José Zetune
AMCHAM - SP
Câmara Americana de Comércio de São Paulo
Álvaro A. C. de Souza
ANFAVEA
Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos

Automotores
Ricardo Luiz dos Santos Carvalho
APAS
Associação Paulista de Supermercados
Sussumu Honda
APEOP
Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas
Arlindo Virgílio Machado Moura
APM
Associação Paulista dos Municípios
Celso Giglio
APTA
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
José Sidnei Gonçalves
BANCO NOSSA CAIXA S.A.
Valdery Frota de Albuquerque
BOVESPA
Bolsa de Valores do Estado de São Paulo
Raymundo Magliano Filho
CEETEPS
Centro de Educação Tecnológica Paula Souza
Marco Antonio Monteiro
CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração

Municipal
Sílvio Torres
CETESB
Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
Antonio Rubens Costa Lara
CGT
Confederação Geral dos Trabalhadores
Antonio Carlos dos Reis
CREA - SP
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo
José Eduardo de Paula Alonso
CRECI
Conselho Regional dos Corretores de Imóveis
José Augusto Viana Neto
CUT
Central Única dos Trabalhadores
Luís Marinho
DIEESE
Sérgio Mendonça
FAESP
Federação Agricultura do Estado de São Paulo
Fabio de Sales Meirelles
FAPESP
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Carlos Vogt
FEBRABAN
Federação Brasileira dos Bancos
Gabriel Jorge Ferreira
FECOM
Federação do Comércio E SESC - Serviço Social do

Comércio
Abram Szajman
FGV
Fundação Getúlio Vargas
Yoshiaki Nakano
FIESP / SESI E SENAI
Horácio Lafer Piva
FIPE
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Simão David Silber
FORÇA SINDICAL
Paulo Pereira da Silva
FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Rubens Naves
GRUPO VOTORANTIM
Antonio Ermírio de Moraes
ICEX
Instituto de Estudos das Operações do Comércio

Exterior
Luiz Fernando Antonio
INSTITUTO AIRTON SENNA
Viviane Senna
IPT
Instituto de Pesquisas Tecnologias
Ary Guilherme Plonski
OCESP
Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
Evaristo C. Machado
SEBRAE
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo
José Luis Rica
SECOVI
Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Comercias e Residenciais de São Paulo
Romeu Chap Chap

SIMPI
Sindicato de Micro e Pequena Empresa do Estado de São Paulo
Joseph Cury
SINAENCO
Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva
Faustino Miguel López
SINDICATO DOS CORRETORES DE IMÓVEIS NO ESTADO DE SÃO PAULO
Orlando de Almeida Filho
SINDIPRON
Sindicato das Empresas de Promoção e Organização de Montagem de Feiras, Congressos e Eventos do Estado de São Paulo
Dárcio Bertoco
SINDUSCON - SP
Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo
Arthur Quesaresma Filho
UNESP
Universidade Estadual Paulista
José Carlos Souza Trindade
UNICAMP
Universidade Estadual de Campinas
Carlos Henrique de Brito Cruz
USP
Universidade Estadual de São Paulo
José Adolpho Melfi
UVESP
União dos Vereadores do Estado de São Paulo
Sebastião Misiara
G.P. em 09 de setembro de 2003
a) SIDNEY BERALDO - Presidente

ATO Nº 62, DE 2003

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 35, parágrafo único da XI Consolidação do Regimento Interno e por força da aprovação do Requerimento n.º 2850 de 2003, nomeia o Deputado José Carlos Stangarlini para representar este Poder na Reunião da Diretoria da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, nos dias 11 e 12 de setembro de 2003, na Cidade do Rio de Janeiro.

Assembléia Legislativa, em 09 de setembro de 2003
a) SIDNEY BERALDO - Presidente

ORDEM DO DIA

10 DE SETEMBRO DE 2003 9ª SESSÃO ORDINÁRIA

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de Lei nº 0892, de 1999, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Altera dispositivos da Lei nº 119, de 1973, que autorizou a constituição de uma sociedade por ações, sob a denominação de Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp. Com emenda. Pareceres nºs 315, 316 e 317, de 2001, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça, de Obras Públicas e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda. Com emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 da XI Consolidação do Regimento Interno. Parecer nº 323, de 2003, do Congresso das Comissões de Justiça, de Obras Públicas e de Finanças, favorável.

2 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 0676, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Com 29 emendas. Parecer nº 153, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de nºs 4 a 29, e contrário às demais. Pareceres nºs 154 e 155, de 2001, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Meio Ambiente e de Finanças, favoráveis ao projeto, às emendas de nºs 8, 20, 21, 22, 25 e 29, e contrários às demais. Com 29 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 da XI Consolidação do Regimento Interno. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 14, de 2000, (Autógrafo nº 25227), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. Parecer nº 126, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 30 e contrário ao projeto quanto às demais partes vetadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 18, de 2000, (Autógrafo nº 25491), vetado parcialmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Altera a Lei nº 683, de 1992, que dispõe sobre reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 57, de 2000, (Autógrafo nº 25163), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Isenta, a pessoa portadora de deficiência, do pagamento da tarifa cobrada em função dos serviços públicos de transporte coletivo intermunicipal de passageiros. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 74, de 2000, (Autógrafo nº 24851), vetado totalmente, de autoria do deputado Ramiro Meves. Cria a Microrregião do ABCDMR, com sede em São Bernardo do Campo. Parecer nº 124, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 79, de 2000, (Autógrafo nº 24843), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Bônus Gestão às classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério. Parecer nº 125, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 80, de 2000, (Autógrafo nº 24844), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Bônus Mérito às classes de docentes do Quadro do Magistério. Parecer nº 126, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 2, de 2001, (Autógrafo nº 25158), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Mori. Cria a Microrregião Oeste, com sede em Osasco. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0023, de 2001, (Autógrafo nº 25135), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Altera dispositivos da Lei Complementar 444, de 1985, que dispõem sobre o Conselho de Escola. Parecer nº 14, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 46, de 2001, (Autógrafo nº 25228), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Bônus Mérito às classes de docentes do Quadro do Magistério. Parecer nº 132, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 47, de 2001, (Autógrafo nº 25229), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Bônus Gestão às classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério. Parecer nº 133, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0040, de 2002, de autoria do Sr. Governador. Cria a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, na Procuradoria Geral do Estado. Com emenda. Pareceres nº 1411 e 1412 , de 2002, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto e contrários à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0046, de 2002, (Autógrafo nº 25574), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Prorroga, até 31 de dezembro de 2003, o prazo para a concessão da Gratificação Área Educação, instituída pela Lei Complementar nº 834, de 4 de novembro de 1997. Parecer nº 90, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0003, de 2003, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 853, de 1998, que dispõe sobre a criação da Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM. Parecer nº 295, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1107, de 1991, (Autógrafo nº 25454), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Salim Curíati. Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de copos descartáveis nos balcões de bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres. Parecer nº 1478, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 200, de 1998, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 210, de 1995, (Autógrafo nº 25094), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a obrigatoriedade do Estado em propiciar, aos detentos arrimos de família, atividade laborativa remunerada. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 483, de 1995, (Autógrafo nº 24584), vetado totalmente, de autoria do deputado Dimas Ramalho. Assegura o direito de reduzir pela metade a carga horária semanal a servidores públicos com filhos portadores de deficiência. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 648, de 1995, (Autógrafo nº 25503), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a adequação de prédios públicos e transportes ferroviários ao trânsito e à locomoção de deficientes físicos. Parecer nº 76, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 203, de 1996, (Autógrafo nº 24587), vetado totalmente, de autoria do deputado Junji Abe. Altera a Lei nº 1.817, de 1978, que dispõe sobre Zonamento Industrial. Parecer nº 448, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 287, de 1996, (Autógrafo nº 24922), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Dispõe sobre a criação de Universidade da Zona Leste no Município de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 397, de 1996, (Autógrafo nº 25046), vetado totalmente, de autoria do deputado Afanasio Jazadjji. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais para a criação e instalação da Procuradoria de Defesa do Consumidor em todos os Municípios. Parecer nº 1476, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 205, de 1997, (Autógrafo nº 25448), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, nas embalagens dos medicamentos, impresso alertando o consumidor da presença, em sua composição, de corantes, estabilizantes e preservantes químicos ou biológicos. Parecer nº 1483, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 276, de 1997, (Autógrafo nº 24510), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo comunicar, às autoridades que especifica, a requisição de força policial para reintegração de posse. Parecer nº 258, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 370, de 1997, (Autógrafo nº 24896), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Determina a responsabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária por todos os presos do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 475, de 1997, (Autógrafo nº 25146), vetado totalmente, de autoria do deputado Wagner Lino. Dispõe sobre a implantação de iluminação especial nas proximidades de escolas públicas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 477, de 1997, (Autógrafo nº 25624), vetado totalmente, de autoria do deputado Wagner Lino. Dispõe sobre a criação de assessoria permanente para serviço de apoio especializado na área de Educação Especial. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 484, de 1997, (Autógrafo nº 25085), vetado totalmente, de autoria do deputado Nelson Salomé. Dispõe sobre a criação de linhas de ônibus inter-hospitais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 635, de 1997, (Autógrafo nº 24923), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilberto Nascimento. Dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Atendimento às emergências e traumas no Estado de São Paulo. Parecer nº 321, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

31 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 707, de 1997, (Autógrafo nº 24250), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Dispõe sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

32 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 143, de 1998, (Autógrafo nº 24367), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Institui o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer nº 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

33 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 220, de 1998, (Autógrafo nº 24362), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre a criação do “Passe Pedágio”. Parecer nº 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 222, de 1998, (Autógrafo nº 25449), vetado parcialmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Proíbe o corte de energia elétrica, água e gás canalizado por falta de pagamento, sem prévia comunicação ao usuário. Parecer nº 1508, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

35 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 240, de 1998, (Autógrafo nº 25535), vetado parcialmente, de autoria da deputada Maria do Carmo Piunti. Dispõe sobre a ampliação da área de intervenção do Programa de Atuação em Cortiços. Pareceres nºs 126 e 127, de 2003, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Promoção Social, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

36 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 293, de 1998, (Autógrafo nº 25063), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Proíbe a exigência de experiência anterior dos jovens que se candidatarem ao ingresso no serviço público estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

37 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 323, de 1998, (Autógrafo nº 24907), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria do Carmo Piunti. Autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante doação, ao Município de Itu, área de 157.259,39 m², do Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes, localizado na SP-79, Bairro Pirapitingui. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

38 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 464, de 1998, (Autógrafo nº 25173), vetado parcialmente, de autoria da deputada Maria do Carmo Piunti. Dispõe sobre a criação do Programa da Moradia Indígena - PMI. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

39 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 55, de 1999, (Autógrafo nº 25445), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilberto Nascimento. Proíbe a comercialização, criação, reprodução e importação de cães da raça “Pit Bull” no Estado. Parecer nº 1482, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

40 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 129, de 1999, (Autógrafo nº 24925), vetado totalmente, de autoria do deputado Paschoal Thomeu. Regulamenta o artigo 57 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, que assegura os direitos dos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932. Parecer nº 252, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

41 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 148, de 1999, (Autógrafo nº 24847), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Transforma em estância climática o Município de Pinhalzinho. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

42 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 187, de 1999, (Autógrafo nº 24909), vetado parcialmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara Área de Proteção Ambiental a Bacia Hidrográfica do Rio Batalha. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

43 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 254, de 1999, (Autógrafo nº 25097), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Altera a Lei nº 9849, de 1967, que constituiu a Fundação “Padre Anchieta” Centro Paulista de Rádio e TV Educativa. Parecer nº 1723, de 2001, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

SUMÁRIO

Atos	11
Ordem do Dia	11
Pauta	13
Oradores Inscritos	14
Expediente	14
Comissões	18
Debates	—
Pronunciamentos de Sessões Anteriores	—
Atos Administrativos	19

TRIBUNAL DE CONTAS

21

Este caderno, com 28 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.